

- (5)
- c) Não fomos alvo de aplicação de sanções administrativas por faltas graves em matéria profissional
  - d) Temos as nossas situações regularizadas relativamente a impostos devidos em Portugal (ou nos Estados de outros países).
  - e) idem para com a Segurança Social (contribuições).
  - f) Não fomos objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do art. 21.º do D.L. n.º 433/82 de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 46.º do presente código.
  - g) Não fomos objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do art. 627.º do Código do Trabalho, e não decorreu nenhum período de inabilitação fixado em nenhuma decisão condenatória.
  - h) Não fomos objecto de aplicação há menos de 2 anos de sanções administrativas ou judiciais pela utilização ao nosso serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal.
  - i) Não fomos condenados por sentenças transitadas em julgado por algum dos seguintes crimes:
    - i) participação em actividades mafiosas e criminais, tais como definidas no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
    - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do art. 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI do Conselho;
    - iii) Fraude, na acepção do art. 1.º da Convenção relativa à protecção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias;
    - iv) Branqueamento de Capitais, na acepção do art. 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro